

**MULHERES ANDANTES: UMA PERSPECTIVA BIOPOLÍTICA DAS MIGRAÇÕES
DE MULHERES E O TRABALHO REMUNERADO**
*WALKING WOMEN: A BIOPOLITICS PERSPECTIVE FROM WOMEN IMMIGRATION
AND THE PAID WORK*

Joice Graciele Nielsson

Doutora em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Professora-pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos - e do Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, Integrante do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos. Pesquisadora Recém-Doutora FAPERGS. Rio Grande do Sul (Brasil).
E-mail: joice.gn@gmail.com.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3002965109553965>.

Júlia Monfardini Menuci

Doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Mestra em Direito pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI. Pós-graduada em Direito Civil. Bolsista CAPES/PROSUC. Rio Grande do Sul (Brasil).
E-mail: juliamenuci@hotmail.com.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8586833690401762>.

Submissão: 25.04.2020.

Aprovação: 18.11.2021.

RESUMO

Essa pesquisa tem como escopo analisar os números de mulheres imigrantes ao redor do mundo utilizando-se como base a teoria biopolítica para elencar a total desumanização e objetificação da mulher imigrante através da construção da vida nua. A pesquisa busca diversos aspectos das vidas femininas que imigram e analisa também os labores que recaem sobre esses sujeitos. A pesquisa é exploratória e utiliza do método bibliográfico para compreender as mais diversas questões que se entrelaçam nas vidas imigrantes, tem como técnica de pesquisa a documentação indireta e como técnica de análise a quantitativa e a qualitativa. Os dados demonstram que o número de mulheres que imigra vem aumentando e principalmente ocorrendo sem a presença do homem. Contudo, os labores que as imigrantes desempenham no país de destino são parcamente remunerados, invisibilizados e recaem nos antigos papéis constitutivos da desigualdade de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Biopolítica. Mulheres migrantes. Trabalho.

ABSTRACT

This research analyzes the numbers of immigrat women around the world using the biopoliticas theory as basis to list the total dehumanization and objectification of immigrant

women through the construction of naked life. The research seeks several aspects of the female lives that immigrate and also analyzes the labors performed by them. The research is exploratory and uses the bibliographic method to understand the most diverse issues that intertwine in immigrant lives, using indirect documentation as a research technique and quantitative and qualitative analysis technique. The data shows that the number of women who immigrate has been increasing and mainly occurring without the presence of men. However, the work performed by immigrants in the destination country is poorly paid, invisible and falls into the old roles that constitute gender inequality.

KEYWORDS: *Biopolitics. Migrant women. Work.*

INTRODUÇÃO

Há pouco tempo na história da humanidade as mulheres se tornaram protagonistas de muitos vieses de suas vidas. Tradicionalmente, as poucas mulheres que imigravam faziam na companhia do cônjuge, cenário que vem se modificando através dos novos arranjos das vidas femininas e múltiplos fatores que intervêm nesse ato. No início do século XXI a migração tornou-se um dos temas mundiais de primeiro plano pelo vasto número de pessoas que migravam, passando a ocupar um lugar de destaque na agenda política internacional.

Para a total compreensão da pesquisa que se apresenta, é importante entender algumas definições utilizadas durante o estudo. Migrante é a pessoa que migra, desloca-se, entra ou sai de uma localidade. As definições utilizadas por essa pesquisa baseiam-se nas definições da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual relata que imigrante deve ser compreendido como uma pessoa que adentra para viver em outro país que não o seu de nascimento ou no local onde seja considerado como cidadão, ou seja, ela saiu de sua nação para viver em outra. Já o refugiado é o sujeito que sai do país de origem em detrimento de conflitos armados ou perseguições, necessitando de refúgio em outro país (ONU, 2019).

A temática da pesquisa se insere na investigação das vidas de mulheres imigrantes e no labor desempenhado por elas no país que escolhem para fazer sua nova morada. Mas não só. A pesquisa utiliza-se do constructo teórico da biopolítica para traçar o perfil da imigrante em virtude das relações de poder, desigualdade e de desumanização pela qual perpassam no processo migratório pautando-se, para isso, em aspectos materiais e simbólicos. A problemática que envolve o estudo cinge-se na investigação dos labores desempenhados por essas mulheres quando imigram, questionando quais são os labores executados por elas no país de destino?

A motivação principal quanto ao tema das mulheres é interpretar e compreender as vivências imigrantes visto que a habitualidade de tratamento do imigrante é alocando sempre

na figura do homem, investigando como se dão as relações laborais que imbricam no gênero em uma cultura distinta daquela em que a mulher se desenvolveu. Através da obtenção e do tratamento de dados oficiais de instituições internacionais, intentar-se-á vislumbrar, na atualidade, a ocorrência do fluxo migratório e expor como questões de gênero influenciam a vida das imigrantes.

A pesquisa tem características exploratórias e a metodologia utilizada para sua confecção foi o método bibliográfico que propicia a compreensão da biopolítica e de diversas questões que se entrelaçam as vidas imigrantes de modo geral. Possui como técnica de pesquisa a documentação indireta e como técnica de análise a reflexão quantitativa e a qualitativa dos dados obtidos. Por fim, o estudo irá se dividir em três partes singelas, a primeira com ênfase da teoria biopolítica, aglutinando diversos autores e interligando-a com a temática migracional. A segunda, com vistas a vivência da mulher imigrante e por último a análise de dados e flexão desses com os estudos de gênero, perfazendo uma revisão crítica dos temas centrais transmitidos ao longo da pesquisa.

1 A BIOPOLÍTICA COMO SUSTENTÁCULO DE DESUMANIZAÇÃO DAS VIDAS IMIGRANTES

O fenômeno migratório não é um fato novo, há séculos as pessoas se locomovem entre fronteiras por diversos motivos, da colonização até a necessidade de uma vida mais digna, fugindo de guerras, pobreza, fome, etc.. Entretanto, muitas vezes abordar a temática da migração nem sempre engloba avaliar as vivências dos protagonistas desse fenômeno, os imigrantes. Há uma série de aspectos que devem ser observados quando se intenta olhar sobre esse advento com uma perspectiva mais humana que foge dos estereótipos que pré-julgam os imigrantes como agentes agressivos e violentos, que intentam “roubar” as oportunidades dos nacionais e que devem padecer na miséria.

A escola biopolítica auxilia em uma nova concepção acerca dos indivíduos imigrantes diante de sua condição de vida que se sobressai na multidão de nacionais, os quais não percebem as relações de poder que estão inseridos. O imigrante, por ser o sujeito mais vulnerável em um território desconhecido e que não lhe acolhe, é inserido na biopolítica e em suas linhas de poder e padece das mais diversas situações, que intentam – e conseguem – retirar-lhe a humanidade, por vezes alocados em verdadeiros campos de concentração.

Segundo o autor André Duarte (2010, p. 46) a biopolítica atua cotidianamente através de um “poder estatal que investe na multiplicação da vida por meio da aniquilação da própria

vida, a partir do advento recente da política transnacional globalizada”. Disseminada mundialmente, muitos seres humanos estão inseridos em sua redoma, mas não percebem sua influência. Duarte (2010) segue a linha foucaultiana que compreende a biopolítica através de uma série de conjuntos e relações de poder que se sucedem até mesmo nos indivíduos mais frágeis, tais como os (i)migrantes. Na contemporaneidade, surge um novo modelo de sociedade calçada no biopoder, o qual gere todos os indivíduos, transformando-os em úteis e dóceis. Ademais, o biopoder também regula as condutas dos sujeitos entre si, as relações de poder que se formam e que devem seguir a ideologia de um poder soberano.

Nesse sentido, Foucault (2012) estimava que o controle da sexualidade imbricaria no controle de toda a vida humana uma vez que através dele era possível controlar “as taxas de natalidade e mortalidade, as condições sanitárias das grandes cidades, o fluxo das infecções e contaminações, a duração e as condições da vida” (DUARTE, 2010, p. 49). O controle do sexo resulta em um dispositivo da sexualidade, originando sucessivamente diversos outros dispositivos que englobam a biopolítica, a sexualidade está inserida em uma rede de saberes e poderes que agem tanto sobre o corpo individual como sobre o corpo social. Ela torna-se um elemento crucial para o controle da vida individual e coletiva dos sujeitos que englobam o entorno social. A sexualidade recai diretamente no tema abordado aqui visto que as mulheres imigrantes, foco dessa pesquisa, são taxadas como seres meramente reprodutores – e tudo que isso implica, tal como o cuidado e os labores domésticos não remunerados.

Duarte (2010) explica as teorias de Foucault alertando que no momento em que a vida passa a ser considerada mecanismo de poder político que deve ser gerida, administrada e manipulada, observa-se um aumento na violência para com os sujeitos dentro e fora das fronteiras soberanas que o biopoder age. Isso se dá uma vez que a biopolítica é encontrada em todos os lugares, pois está inserida nas sociedades modernas. Sob essa ótica, a morte está diretamente ligada à vida dado ao fato de que o biopoder atua proporcionando a matança em massa para que, de modo inverso, se garanta a vida de outros poucos. A biopolítica atua de forma ambígua, Duarte assevera que “não há, portanto, contradição entre o poder de gerência e incremento da vida e o poder de matar aos milhões para garantir as melhores condições vitais possíveis” (2010, p. 58).

Michel Foucault (2010) ressalta que a biopolítica modifica o viés das guerras que são travadas a partir do século XIX, isso porque as guerras passam a ser travadas em nome de todos, de todo o entorno social, na defesa de seus direitos. Tal fato é avistado na situação da migração uma vez que o apelo para o enfrentamento dos imigrantes ocorre em nome da

nação. Contraditoriamente, populações inteiras são dizimadas em nome da vida de alguns poucos. No que tange esse aspecto, Duarte (2010, p. 62) explana que

Sob as condições impostas pelo exercício do biopoder, o incremento da vida da população não se separa da produção contínua da morte, no interior e no exterior da comunidade entendida como entidade biologicamente homogênea: “São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros”

O biopoder se utiliza de formas variadas de racismos para exercer seu direito de matar grupos de indivíduos diante da justificativa da preservação da raça e purificação dessa. Do mesmo modo, incita nos concidadãos o sentimento de nacionalismo e pertencimento, fazendo com que os imigrantes fiquem ainda mais isolados no país em que se encontram, tanto culturalmente como geograficamente. Isso porque seu isolamento, segundo Macé (2018), é premeditado. O local que esses indivíduos ocupam nas cidades é justamente a margem, locais reservados para sujeitos indesejados, caracterizando verdadeiros campos de concentração. Através da justificação da violência contra o imigrante se escracha um dos maiores princípios da biopolítica, o poder de deixar viver e fazer morrer (FOUCAULT, 2010).

O biopoder controla as vidas que estão em determinado local de modo a proteger as vidas que importam e aniquilar as vidas que não importam, que não produzem e não merecem ser vividas, tais como as dos (i)migrantes, esse conceito biopolítico é explanado por Agamben (2004) quando o autor menciona a conceituação de vida nua. As vidas nuas são desprovidas de valor político e direitos, abandonadas pelas governanças e até mesmo por outros seres humanos. Essas vidas não importam, seu direito à vida passa a não existir e sua morte é justificada e desejada. Ao elencar o limite da vida protegida e daquela exposta à morte, Agamben expõe simultaneamente o princípio maior da biopolítica, a politização da vida e da morte de acordo com os interesses do Estado. Assim, compreende-se que o regime biopolítico poderá incentivar tanto a manutenção da vida como o incentivo da morte, de acordo com seus interesses, e no caso específico do corpo feminino, nas palavras de Nielsson e Delajustine (2019, p. 1099), o poder soberano, “é sobre quem pode violentar corpos femininos de modo legitimado, ou seja, sem punição e sem necessidade de perdão. É a violência legitimada e naturalizada sobre corpos específicos dentro de uma estrutura biopolítica patriarcalista, responsável pela normatização da violência”.

O sujeito da vida nua é denominado por Agamben (2010) como *homo sacer*, esse sujeito não é contemplado pela lei, ele pode ser assassinado a qualquer momento sem que isso constitua um delito ou ato ilícito. A vida nua não é chorada ou lamentada, ela é ignorada, pois

sem valor algum ao Estado biopolítico. Na teoria de Agamben, a vida nua se personifica nos campos de concentração modernos, locais onde indivíduos que não são desejados socialmente são alocados, esquecidos e mortos. A obra de Macé (2018) vai diretamente de encontro aos escritos agambenianos quando a autora menciona a exclusão dos imigrantes quando alocados em massa em espaços determinados (ou não) a eles, mas que refletem o esquecimento de seres humanos pelos próprios seres humanos.

A disciplina e a dominação dos corpos intentada pelo biopoder atua de modo a docilizá-los para maximizar o rendimento de trabalho e capital. O capitalismo, segundo Foucault (2008), influencia diretamente na biopolítica visto que ela é uma mistura de totalitarismo disfarçada de democracia, através dessa mescla de elementos surgem micropoderes, atuando sobre a coletividade de acordo com as instruções do governante. Duarte (2010, p. 68) esclarece que o local onde o biopoder atua é a cidade, pois “diante do crescimento exponencial, as cidades se transformaram em focos de ameaça política e sanitárias na medida em que as classes perigosas¹ também cresceram”.

Nesse ponto, o biopoder tem por agente máximo o Estado moderno, cuja função é deixar viver e/ou fazer morrer, ou seja, dar condições para o prolongamento da vida em seu ciclo produtivo ou findá-la quando achar conveniente (FOUCAULT, 2010). O biopoder utiliza do controle social para administrar o coletivo, interpretando as normas conforme seus ideais e rearticulando o ordenamento jurídico para que seja compatível com seus projetos, assim ele “é outro nome da real submissão da sociedade ao capital, e ambos são sinônimos da ordem produtiva globalizada” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 37).

O poder de fazer morrer recai sobre as classes perigosas apontadas acima, a morte do outro, daquele que é perigoso e improdutivo para o sistema criado, ou, a omissão quanto aquele sujeito irá tornar a vida do coletivo mais pura e sadia. Através da biopolítica as diferenças individuais são ampliadas fazendo com que os nacionais se unam contra o sujeito desconhecido através do medo implantado pelo biopoder. Sob essa perspectiva, Agamben (2004, p. 12), revela que “uma das características essenciais da biopolítica moderna [...] é a sua necessidade de redefinir continuamente, na vida, o limiar que articula e separa aquilo que está dentro daquilo que está fora” separando nacionais versus imigrantes, vidas que devem ser mantidas e vidas descartáveis.

¹ Em tempos de biopolítica, as supostas classes perigosas são todos aqueles que destoam ou não se encaixam no modelo de (re)produção previsto pelo biopoder (NIELSSON, 2019). Os imigrantes podem ser um desses grupos, mas também outros indivíduos podem ser elencados, tais como negros, homossexuais, etc.

O pano de fundo da biopolítica é o estado de exceção, que se apresenta como o paradigma do governo dominante diante da política contemporânea. A nomenclatura do estado de exceção por si só demonstra seu caráter temporário, ocorre que houve um deslocamento de uma medida que, em tese, era para ser provisória, atribuindo-lhe caráter permanente e alterando radicalmente a forma de estrutura social e poder do governo. “O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo”, acrescentando-lhe, ainda, o caráter totalitário por parte da ação do governante (AGAMBEN, 2004, p. 13). A declaração do estado de exceção é realizada por um ato governamental que produz um ser juridicamente inválido e inclassificável diante do ordenamento jurídico, que está sempre disponível às vontades do governo. Isso porque, a vida nua requer a indeterminação, retirando todas as prerrogativas que fazem do indivíduo um ser humano.

O estado de exceção não é uma ditadura, ele é um espaço vazio de direito onde todos os vieses jurídicos estão desativados. O vazio existente no estado de exceção, paradoxalmente, possui relevância estratégica que perfaz as decisões tomadas naquele cenário. Macé (2018, p. 10) afirma que muitos imigrantes vivem provisoriamente em um eterno, à espera, à beira “de um futuro que não chega”. Macé (2018) exemplifica o campo, referido por Agamben, elucidando o cais de Austerlitz, em Paris, revelando o contraponto que execrava aos olhos uma vez que ali vivia um grupo de imigrantes, às margens do Sena, ignorados por todos, esquecidos, siderados, invisibilizados. O local é chamado pela autora como “campo” em link direto com as obras de Giorgio Agamben, referindo-se ao campo dos exilados, ao campo de extermínio, de esquecimento daqueles confinados.

A autora explana que muitos imigrantes possuem uma humanidade precarizada que é facilmente mutilável, exilável, apontando toda a vulnerabilidade humana. Sob esse prisma, Macé (2018) afirma que é siderante toda a vivência que se faz vizinha aos sujeitos imigrantes e que tem facilidade em ignorá-los, torná-los invisíveis, tornando as bordas ainda mais bordas. A palavra limítrofe está diretamente imbuída de significado quando se observa as vidas imigrantes, sendo “o limítrofe aquele que se mantém na borda, no limite, o que vive na fronteira e faz nela sua estadia; é o que se nutre no limite e se nutre do limite, mas é também de certa maneira o que nutre o limite” (MACÉ, 2018, p. 23). Nessa perspectiva, as bordas da cidade abarcam espaços visíveis e invisíveis, “onde um espaço beira espaços completamente diferentes” (2018, p. 23), demonstrando que todas as vidas se mesclam no mesmo local, ainda assim, grupos humanos se abstêm uns dos outros.

Rememorando Hanna Arendt, é preciso pensar nas vidas que não possuem outra alternativa senão construir suas vidas no campo, no pequeno espaço que lhes é destinado dentro de um território. É preciso pensar, segundo Macé (2018), nos espaços que se consideram inabitáveis e ainda assim são habitados por imigrantes que sofrem duras penas e perdas. Outro exemplo de campo é o local onde os imigrantes que intentam adentrar os EUA ficavam reclusos, na fronteira com o México, local onde muitas famílias eram separadas e que fora notícia mundial. Isso demonstra que uma das características mais marcantes do fenômeno da imigração é a sua binariedade de sentidos quanto a duração, dissimulando-se a si mesma como coloca Sayad (1998, p. 45), “não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou , ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um imenso sentimento de provisoriedade”.

Há certa oscilação quanto ao estado real do sujeito imigrante visto que por momentos ele é provisório, diante das circunstâncias de direito e é, ao mesmo tempo, duradouro de fato. Por vezes, conveniente que a situação do imigrante seja provisória e por outras que seja definitiva, tal como a expansão econômica necessita de mão-de-obra permanente e numerosa e ainda assim nega-lhes os direitos que somente um cidadão possui. Muito embora as vidas de imigrantes sejam totalmente desconsideradas para fins de direitos e políticas públicas, elas são avistadas, sideradas quando convém, como é o caso dos labores que são destinados aos imigrantes e que não são primeira opção dos nacionais.

Sayad (1998) afirma que por esse motivo a situação do imigrante foi se modificando em diversos locais em que eles se aglomeravam. Ao depararem-se com a importância de seu labor para a economia local, a figura do imigrante passa a almejar mais do que lhe era dado, além de sua atuação, sendo esse um dos estopins para que se reformule o imigrante sob os aspectos mais desumanizadores possíveis, para não lhes outorgar direitos de nacionais. Contudo, Sayad (1998) alerta que a perspectiva acerca da imigração, com vistas aos nacionais, é contabilizar somente os lucros desse ato e jamais conferindo-lhe custos. Com efeito, não se pode olvidar que por trás do trabalho imigrante está o direito jurídico que tutela o trabalho, direitos esses que devem ser reconhecidos ao imigrante uma vez que irá morar e trabalhar na localidade que se encontra, fato esse que não ocorre.

Sayad (1998, p. 54) assevera que o imigrante é visto como “uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito”, ou seja, é um trabalhador que eternamente será tratado como provisório, ainda que ele seja definitivo, ainda que viva toda a sua vida trabalhando e morra como imigrante, sempre será passageiro. O trabalho do imigrante encontra-se no “mercado de trabalho para imigrantes”, ele não é qualquer trabalho.

Quando o trabalho acaba, também acaba o fundamento do imigrante estar ali uma vez que o imigrante somente será desejado enquanto aquilo que se espera dele estiver vivo, ele somente terá salvaguarda até o momento que a sua razão de ser provisório justifique sua presença.

O estatuto político atribuído ao imigrante garante que ele seja taxado e identificado como um não-nacional fazendo com que sua existência no país migrado seja precária, excluindo-o do campo político e de qualquer possibilidade de atuação e poder de fala. O imigrante é obrigado – e se sente nessa obrigação – de adotar a polidez política, uma neutralidade de quem é/está de fora, seguindo todos os imperativos políticos que lhes recaem advindos dos próprios nacionais. A arbitrariedade existente entre a dicotomia do nacional-não-nacional propicia um aumento das discriminações de modo legitimado por um poder maior e superior. O ideal os governos, segundo Sayad (1998), é que o imigrante seja uma máquina de labor e não necessite nada além disso, porém essa não é a realidade.

Como trabalhador, é preciso que seja alojado, mas então o pior dos alojamentos (que ele consegue sozinho) é amplamente suficiente; como doente, é preciso que seja tratado (isso por ele mesmo, e talvez muito mais pela segurança dos “outros”), mas que seja da forma mais rápida e mais econômica (SAYAD, 1998, p. 58).

Reflete-se que o mínimo existencial conferido aos imigrantes recai sobre uma questão de dignidade precária ao passo que isso lhe é concedido para “manter limpa a consciência da sociedade que dele se utiliza”, em virtude de alguns princípios morais que ainda poderiam existir nesse caso na relação sociedade-imigrante (SAYAD, 1998, p. 59). A política que abarca todos os vieses das vidas imigrantes – social, político em sentido estrito, cultural, etc. – é a política do mínimo, que na verdade é uma ausência total de política. O imigrante é lembrado diariamente que ele é um sujeito que pertence a outro lugar e que deverá regressar, mesmo que nunca regresse, sendo que a dimensão econômica, conforme Sayad (1998), é o que determina sua condição, seu *status*. O imigrante é um estrangeiro cuja permanência necessita de caridade e está subordinada ao trabalho desempenhado naquele local, possuindo uma presença totalmente provisória e utilitária no local que se encontra.

Todos os elementos abordados no primeiro tópico dessa pesquisa imbricam nas vidas imigrantes e mesclam diferentes conceitos embasados na biopolítica para apontar a precariedade das circunstâncias que giram em torno desses indivíduos. Por fim, o labor abordado por Sayad, é um fator de extrema relevância quando observadas as vidas femininas, que por si só já são incrustradas de normatizações patriarcais, ratificadas mesmo em mobilidade. As mulheres imigrantes padecem da condição de imigrante, mas também da

condição de mulher, desempenhando labores de cuidado e (quase) não remunerados, tratados como labores invisíveis.

2 MOTIVOS E DESIGUALDADE

Conforme destacam Nielsson, Surza e Wermuth (2019, p. 113), analisar o processo de migração feminina requer reconhecer a complexidade específica gerada pela confluência entre gênero e migração. Se, por um lado, “o gênero enquanto parte integral no processo de migração influencia as decisões acerca de quem migra, porque migra e com que base é tomada a decisão de migrar”, por outro lado, “a migração influencia as relações de gênero, acentuando as desigualdades e papéis tradicionais e as práticas de controle reprodutivo, ou desafiando-os e alterando-os” (idem).

Neste sentido, muitos são os motivos que fazem com que as mulheres tomem a iniciativa de imigrar, seja a busca pela melhora de vida, fins matrimoniais, reintegrar a família, motivações econômicas, a busca por independência, e motivações de melhora profissional; ou ainda uma compilação de todos esses. Pizarro (2003) aponta que o movimento imigratório de mulheres se inicia – timidamente – a partir de 1930 com o advento da globalização e da industrialização de certas localidades europeias. Em detrimento das grandes guerras e das alterações econômicas mundiais, as mulheres são consideradas mão de obra preferencial pelas empresas de manufaturados leves - eletrônicos, roupas, brinquedos, sapatos, etc. – por carregarem consigo estereótipos da condição feminina nos quais afirmam que as mulheres se adaptam melhor à atividades repetitivas e minuciosas, trabalhando em troca de remuneração baixa em subempregos que não respeitam a legislação trabalhista.

Lim (1998) relata que avaliando a inserção laboral de mulheres em países que recebem grande fluxos de imigrantes tal como os do leste europeu, percebe-se que muitos são os labores com viés doméstico desempenhado pelas imigrantes. Isso se sucede também porque “o envelhecimento das sociedades e a crescente integração das mulheres ao mercado de trabalho favorece o emprego de muitas imigrantes de países em desenvolvimento como empregadas domésticas” (1998, p. 16) tendo em vista que à mulher sempre são designados os labores informais e de cuidado. Ainda, a construção social de gênero também facilita labores como enfermeiras e paramédicas ou em indústrias têxteis, contudo, a vulnerabilidade dos labores desempenhados por essas mulheres cresce na medida em que o fluxo migratório também vem crescendo, diminuindo suas prerrogativas como trabalhadoras.

MULHERES ANDANTES: UMA PERSPECTIVA BIOPOLÍTICA DAS MIGRAÇÕES DE MULHERES E O TRABALHO REMUNERADO

Historicamente às mulheres recaem os trabalhos de cuidado e reprodução, esses labores se caracterizam pela atuação no rol doméstico com atribuições das mais variadas em prol da preservação do lar, da criação das crianças e do zelo com os idosos (BIROLI, 2018). Muito embora esse trabalho seja completamente invisível aos olhos do capitalismo, pois atua silenciosamente dentro do âmbito privado, ele é de extrema importância para a manutenção social de indivíduos que atuam inseridos fora do doméstico. Esses sujeitos são homens e mulheres que possuem labores remunerados e que produzem capital sob o viés econômico (MAYORGA, 2011). Esse dilema irá percorrer toda a pesquisa em questão porquanto a figura que assume o papel de cuidado dentro do privado é, muitas vezes, a mulher imigrante.

Nesse prisma, o Brasil é um país marcado pelo intenso fluxo migratório desde os anos de 1530 com a chegada dos portugueses colonizadores. De acordo com Seyferth (2002), a migração para o país era vista com bons olhos uma vez que a reprodução de imigrantes alemães e italianos com os índios e originários da terra brasileira que aqui viviam favoreciam o embranquecimento da população, objetivo almejado por João Baptista de Lacerda no Congresso Universal das Raças, ocorrido em Londres no ano de 1911. Entretanto, na atualidade a imigração não é cobiçada em quase nenhum país do globo por parte do país imigrado. Para as corajosas que imigram, Érica Silva (2007) reflete que é comum passar por situações de desqualificação e desumanização da imigrante de acordo com as regras e desejos estipulados pelo país no qual se encontra. “O elemento vindo de fora deveria se ajustar à imagem que se exigia dele, à de trabalhador honesto, qualificado e exemplar, e sempre ausente das questões políticas nacionais” (SILVA, 2007, p.142).

A política que é aplicada ao imigrante é agressiva e fundamenta-se diante de uma degeneração da biologia humana, partindo do darwinismo social e em aspectos ético-sociais da exclusão dos menos favorecidos. “Os que careciam de privilégios sociais eram considerados “lixo urbano” e para combater a pobreza, nada mais coerente que limpá-la” (2007, p. 143). Nessa senda, Nancy Pereira (2016) alerta para duas realidades incômodas acerca das vivências que a maioria das mulheres imigrantes perpassa: o trabalho doméstico e o trabalho sexual. “São trabalhos árduos, repetidos, não necessariamente criativos, de forte demanda, baixa remuneração, podendo se diferenciar; o senso comum diz que para estas tarefas não é preciso qualificação, treinamento, formação ou coisa do tipo. Basta ser mulher” (PEREIRA, 2016, p. 64).

Pereira (2016, p. 70) revela uma realidade cruel das mulheres imigrantes, há grande demanda de mercado para serviços sexuais dessas mulheres no país sendo que “a prostituição feminina disputa o segundo lugar com o tráfico de armas como o negócio ilegal que

movimenta mais dinheiro depois do narcotráfico”. Haja vista o grande lucro aliado ao baixo investimento, utiliza-se da herança do colonialismo para atrelar gênero, classe e raça em um negócio com alta demanda e duradouro.

As mulheres latino-americanas são um exemplo de como as hetero designações eurocêntricas prescrevem a noção de outra racializada e sexualizada: é bastante comum encontrar representações sobre as mulheres brasileiras que as definem pela sua sensualidade e erotismo, como mulheres que vivenciam sua sexualidade de forma livre e natural e como amáveis, pacientes e carinhosas (MAYORGA, 2011, p. 331).

O sistema capitalista auxilia na manutenção do ciclo de pobreza e prostituição que muitas imigrantes vivem, isso porque o sistema reforça a desigualdade social, a meritocracia, precariza labores mal remunerados, domésticos, inviabilizados e sexuais, que resultam na perpetuação da exploração dos corpos femininos. Sendo a mulher imigrante subjugada de diversos modos pela condição que assume, o sistema utiliza-se dessa fragilidade para precarizar as formas de trabalho que são conferidas a elas, pois somente assim o sistema se mantém e se potencializa. Do mesmo modo, o labor doméstico desempenhado pelas imigrantes propicia que “homens e mulheres profissionais qualificados/as desenvolvam com exclusividade longas horas de trabalho, uma vez que as tarefas com a casa vão ser feitas por uma trabalhadora imigrante”, a um baixo custo e sem proteção da legislação (PEREIRA, 2016, p. 71).

O trabalho doméstico que está implícito na jornada feminina é compreendido socialmente como sem valor e sem importância. Esse entendimento advém de uma corrente naturalista proveniente de antigas máximas patriarcais acerca da figura feminina, na qual afirma-se que é de sua natureza exercer cuidados, estando pré-disposta aos labores domésticos. Essas afirmações fazem parte de uma série de características que repercutiam e davam sentido à dicotomia pública-privada, mesmo tendo sido essa rompida com o movimento feminista (LAVINAS, 1997).

Para Aguirre (2006), a atuação doméstica é tão ou mais extressante que o trabalho fora do lar, porém, sendo aquela um trabalho não remunerado acaba por se consumir sem reconhecimento e valorização social. Não obstante, a autora destaca sabiamente que o cuidado é um resultado de inúmeros atos que não podem ser considerados naturais ou sem esforço, ele exige certa afeição, tempo e conhecimento. Outro ponto que merece relevância acerca do tema é a falsa sensação de empoderamento e igualdade de gênero que o labor da mulher imigrante propicia para as mulheres nacionais.

O labor imigrante é tido como complementar diante das pessoas que compram esse serviço, contudo, segundo Nancy Pereira (2016, p. 72) “o que acontece é o deslocamento da desigualdade de gênero no mercado global” uma vez que os salários precários e a falta de direitos escracham a desvalorização da mulher, pautando-se no sistema capitalista de produção e acumulação de capital. Ademais, Pereira (2016) refere que as imigrantes que adentram nos EUA possuem filhos e têm em média 29 anos, contudo, é improvável que todas elas consigam levar sua prole durante o processo de imigração devido a motivos legais e econômicos. Nessa conjuntura, as imigrantes ainda sofrem por serem taxadas como mães que abandonaram seus filhos, promíscuas, etc.

Nessa mesma linha, alerta Pereira (2016) que outro aspecto que se alia à vivência imigrante feminina é a chamada reprodução geracional. Esse tipo de reprodução resulta em um efeito em cadeia de todo o sistema já posto visto que através da reprodução uma nova geração nascera dentro da lógica do capitalismo e do trabalho invisibilizado, as quais as mães estão suscetíveis. As gerações que se desenvolvem inseridas nessa dinâmica, irão reproduzir a sistemática de labor e corresponder às demandas do sistema. Muitas mulheres imigrantes “socializam milhares de milhares de crianças num esquema ambíguo de valorização sentimental que nem sempre se expressa na valorização do trabalho e garantia de direitos, reproduzindo os esquemas de opressão do papel materno no âmbito da família burguesa” (PEREIRA, 2016, p. 75).

Há uma latente crise de cuidado nos países subdesenvolvidos que obrigam muitas mulheres a imigrar, o que ocorre é que a saída delas de sua origem sobrecarrega outras mulheres, que se encontram no local deixado por elas assumindo a criação de sua prole e dependendo dos esforços da imigrante para recebimento de renda. Como resultado desse ciclo vicioso tem-se uma falsa sensação de igualdade de gênero para as mulheres nacionais, mas que perpetua os estereótipos para as imigrantes. Isso resulta na autorregeneração do sistema econômico, político e social com vistas à manutenção da feminização da pobreza ultrapassando fronteiras.

A feminização da pobreza é um fenômeno social que cresce alimentando-se da desigualdade de gênero e faz com que as mulheres assumam o posto de as mais pobres entre os pobres. Por diversos motivos – recebimento de menores salários, divisão sexual do trabalho, dupla ou tripla jornada de labor no espaço público e privado, imigração e marginalização, etc. – as mulheres acabam assumindo locais de desvantagem nas sociedades. Somando-se a isso, a desigualdade de gênero que se originou da sistemática patriarcal na qual a humanidade está inserida faz com que a feminização da pobreza seja um aspecto importante

e preocupante para os estudos feministas. Embora todos esses aspectos impossibilitem o crescimento profissional da imigrante em um novo país, os números de mulheres que imigram crescem. Atualmente, o indivíduo imigrante não é mais somente o homem – ou ainda o homem que carrega consigo a figura passiva da companheira - e os números apontados no próximo item dessa pesquisa irão corroborar isso.

3 MULHERES IMIGRANTES E OS LABORES: INVISIBILIDADE, VULNERABILIDADE E PRECARIIDADE

Para que se possa visualizar em números o tema abordado nessa pesquisa e comparar com as informações postas acima utilizou-se de uma metodologia de coleta de dados em documentos internacionais oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU) e da *International Organization of Migration* (IOM) para fins de análise quantitativa e posteriormente qualitativa. Em um primeiro momento, far-se-á investigação de números para averiguar o quantitativo de mulheres que imigram, observando principalmente o aumento dos números durante a última década. Posteriormente, a pesquisa intenta analisar esses números de forma qualitativa, relacionando-os com os labores desempenhados por elas no país de destino e averiguando como o ato de imigrar impacta as vidas femininas, sob a perspectiva dos estudos de gênero e biopolítica descrita no primeiro tópico.

O *International Migrant Stock 2019*, estudo realizado pela ONU, aponta um panorama de imigração elevado comparando números de 1990 a 2019. Logo de início os números chamam a atenção no estudo uma vez que a partir dos anos noventa houve grande crescimento econômico mundial e grandes indústrias se estabeleceram em locais variados, o que proporcionou aumento laboral nas mais diversas áreas em todo o globo e ainda movimentou o deslocamento de múltiplos sujeitos. Nos últimos dez anos (2010-2019) o número de imigrantes subiu 51 milhões, alcançando a marca de aproximadamente 272 milhões de pessoas que imigram para múltiplos lugares do mundo, perfazendo 3,5% da população global (ONU, 2019).

Segundo os dados da ONU, 52% das imigrações ocorridas em 2019 foram de sujeitos homens, ao passo que 48% delas foram de mulheres. Em sua grande maioria, os indivíduos possuem entre 20 e 64 anos de idade, nomeada como faixa de idade laboral, quando os sujeitos estão aptos para desempenhar atividades remuneradas. Se forem examinados os números de mulheres imigrantes desde o marco inicial do estudo, de 1990 até 2019, não se tem grandes disparidades de crescimento visto que em 1990 a porcentagem era de 38%,

subindo para 46% entre 2010 à 2017 e aumentando sutilmente em 2019 com 48% nas regiões menos desenvolvidas, já nas mais desenvolvidas a estimativa sobre para 51,5% (ONU, 2019).

O país de onde mais saem tanto os imigrantes homens quanto as mulheres é a Índia, seguida da China e do México, sendo que o local de destino da maioria dos imigrantes é a Europa, com cerca de 82 milhões e a América do Norte com 59 milhões (IOM, 2019). Muito embora a categoria de refugiados não seja objeto desse estudo por ser um grande grupo com diversas peculiaridades, importa mencionar que de 2010 à 2017 o número de pessoas refugiadas no mundo aumentou em 1,3 milhões, sendo do norte da África e principalmente da Síria onde mais se tem refugiados buscando novos lugares para viver e trabalhar, como consequência dos conflitos armados que ocorrem nessas áreas.

Por fazer divisa territorial com a Síria, a Turquia é o país que mais acolhe os refugiados que adentram no país pela fronteira que separa as duas regiões. Ademais, recentemente a Venezuela também teve um grande número de pessoas que saíram do país para buscar melhores condições de vida em detrimento do comando autoritário do governo e das necessidades econômicas que a população vive, muitos, inclusive, adentrando o Brasil e estabelecendo-se com auxílio do governo e do exército (IOM, 2019).

Em sua grande maioria, imigrantes de ambos os sexos se concentram em poucos locais, culminando com o aglomeramento de imigrantes em países que acabam por não os almejar. O documento da ONU (2019) reflete que em 2019 dois terços dos imigrantes mundiais concentravam-se em apenas 20 países, superlotando-os. O país com o maior número de imigrantes é os Estados Unidos da América (EUA), ao longo da história os EUA contam com 51 milhões de pessoas que imigram para lá, totalizando 19% da escala mundial, na sequência avista-se Alemanha e Arábia Saudita, com cerca de 13 milhões cada (ONU, 2019).

Essas pessoas imigram com intuito principal de obter renda para enviar para familiares que ficaram em seu país natal ou ainda buscam conseguir um emprego que possibilite, posteriormente, trazê-los ao país de destino. Um dado pertinente à pesquisa no estudo da IOM (2019) é a tabela a qual realça o número de imigrantes homens (*male*, representado pela letra M) e mulheres (*female*, representado pela letra F) que trabalham nos países de destino, apontando números em milhões e em porcentagem global e ainda avistando os níveis de desenvolvimento de renda dos países desses países, sendo elas, baixa renda (*low-income*), renda média-baixa (*lower-middle-income*), renda média-alta (*Upper-middle-income*) e renda alta (*high-income*):

MULHERES ANDANTES: UMA PERSPECTIVA BIOPOLÍTICA DAS MIGRAÇÕES DE MULHERES E O TRABALHO REMUNERADO

Table 2. Migrant workers, by sex and income level of destination countries, 2017

	Low-income			Lower-middle-income			Upper-middle-income			High-income			Global total		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Migrant workers (millions)	3.6	1.9	5.6	10.9	5.6	16.6	17.4	13.1	30.5	63.7	47.5	111.2	95.7	68.1	163.8
As a proportion of all migrant workers (%)	2.2	1.2	3.4	6.7	3.4	10.1	10.6	8	18.6	38.9	29	67.9	58.4	41.6	100

(Fonte: IOM, 2019)

Os dados acima demonstram que o número de mulheres imigrantes é menor que o de homens e que a diferença de números diminui nos países com rendas médias, que poderiam propiciar o desenvolvimento pessoal e profissional desses imigrantes. No entanto, outra possível interpretação dos números referentes ao labor também pode se justificar pelo tipo de labor desempenhado visto que as atividades remuneradas atribuídas às mulheres imigrantes se adequam as condições de gênero impostas, ou seja, esses labores recaem na invisibilidade do doméstico e na informalidade, não adentrando nos números oficiais.

Conforme dados da *International Organization for Migration* (IOM, 2019), o número de mulheres que imigram está aumentando em diversas localidades, muito embora o aumento dos números não pareça significativo, essas mulheres vêm conquistando um espaço novo de protagonismo, de luta por sobrevivência e melhora de vida. Muitas delas se deslocam por questões de trabalho e se tornam as principais responsáveis pela manutenção da família. Outrossim, o recomeço não é tarefa fácil visto que a dificuldade de conseguir um emprego pela flagrante desigualdade de gênero que acomete as mulheres do mundo todo faz com que as imigrantes percebam menores salários do que as mulheres nacionais. Os empregos informais e mal remunerados são a forma de sustento que essas mulheres encontram nos países que não reconhecem elas como cidadãs e dignas de amparo social, isso reflete em diversas outras áreas que requerem investimento monetário, como por exemplo creches para os filhos, alimentação, moradia, saúde.

Empregadas domésticas invisibilizadas, babás, garçonetes, lavadeiras e prostitutas, esses são os labores que as mulheres imigrantes mais executam quando imigram. Labores de cuidados e reprodução recaem sobre as mulheres uma vez que elas carregam consigo uma carga histórica de características de acordo com o gênero, atribuídas pela sistemática patriarcal. O labor doméstico é a estrutura vital que mantém o sistema capitalista, uma vez

que as imigrantes necessitam de uma atividade remunerada rápida quando adentram em países desconhecidos e as oportunidades são parcas, acabam por se sujeitarem a qualquer atividade que lhes pague minimamente um salário para sua manutenção. Todavia, esse labor invisível e pouco remunerado influencia diretamente na vida da própria mulher, de sua prole e de toda a sua família que está em seu país de origem, a qual muitas vezes conta com a ajuda financeira percebida pela imigrante, abatendo todo o núcleo familiar em virtude dessa realidade (NASH, 2012).

A ‘mercantilização das tarefas domésticas e de cuidado’ é um fenômeno que pode ser caracterizado como global desde finais do século XX e cada vez mais associado às migrantes, as ‘recém-chegadas’, muitas delas convertidas em ‘mães substitutivas da infância global’, fenômenos que para essa autora renova, o já conhecido debate de traspasso de funções domésticas, sempre e unicamente entre mulheres (MARINUCCI, 2007, p. 5)

Longe da família, mas muitas vezes carregando sua prole consigo, as mulheres imigrantes sofrem diversas discriminações nos mais variados locais que adentram: por serem mulheres, pela cor da pele, por estarem imigrando, por adentrarem em uma cultura diversa da sua que por vezes rechaça seus costumes, etc., assumindo o papel de vida nua no ato de imigrar, desprovida de direitos. Ainda assim, o panorama da vivência dessas mulheres no Brasil se mostra positivo em certos aspectos, principalmente na proteção contra a violência doméstica, no amparo social e na multiplicidade cultural existente nas terras tupiniquins. Entretanto, obviamente muitas delas padecem da falta de direitos, ou mesmo do conhecimento desses, do trabalho precário, da falta de reconhecimento de suas atividades e da (quase) inexistência de amparo trabalhista e previdenciário somados à exploração sofrida.

A falta de visibilidade desses labores é ratificada pelo próprio sistema econômico que rege os países capitalistas, segundo essa sistemática as mulheres não produzem, efetivamente, um produto palpável para a economia quando desempenham algumas das funções elencadas acima. Entretanto, somente o labor doméstico da imigrante que possibilita que muitos homens e mulheres nacionais possam trabalhar fora de suas casas produzindo mais capital econômico para o país. Mesmo sendo um fenômeno em cadeia, as atividades realizadas dentro do espaço privado não são consideradas para fins de valoração de trabalho e de garantia de direitos, fazendo com que as mulheres que ocupam esses cargos – não somente imigrantes – fiquem a margem social e econômica. Indo além, tal advento reflete também na economia do país no qual essa imigrante é originária uma vez que não raro essas mulheres mandam o dinheiro que recebem para os filhos e parentes próximos nesses países.

MULHERES ANDANTES: UMA PERSPECTIVA BIOPOLÍTICA DAS MIGRAÇÕES DE MULHERES E O TRABALHO REMUNERADO

O advento das agências de trabalhadoras temporárias por meio de contratações terceirizadas ou informais auxilia na manutenção da mecânica capitalista favorecendo a precarização do trabalho das imigrantes e fazendo dessas trabalhadoras um grupo de indivíduos em fluxo contínuo entre a exclusão socioeconômica e alargamento da exploração e da desigualdade de gênero. Desse modo, essas mulheres assumem uma posição socioeconômica frágil, pois sempre dependerão de um labor instável e inseguro em diferentes níveis, desprotegidas de direitos e assumindo a posição de verdadeiras escravas para manter seu sustento e de sua família. Esse novo papel assumido pelas imigrantes é denominado por Rhacel Parreñas como proletarização das mulheres, pois “cresce a procura por mulheres que cuidem de idosos e crianças, com flexibilidade de horários e baixos salários. O aumento dessa demanda é o produto de mudanças nas relações de gênero”. Ocorrendo um fenômeno na contramão da diminuição da desigualdade, mulheres nativas saem para trabalhar fora do privado enquanto que as imigrantes perpetuam estereótipos de gênero percebendo salários baixos e contribuindo para a feminização da pobreza (MARINUCCI, 2007, p. 8).

Por vezes, as mulheres que imigram sozinhas e deixam familiares no país de origem se sujeitam as mais diversas violações de direitos humanos em prol da manutenção de seu subemprego para continuar enviando remessas de dinheiro a seus familiares e filhos(as), prospectando uma situação de vulnerabilidade e dependência durante muito tempo. Essa situação perpetua a submissão feminina, retirando da imigrante uma possível autonomia conquistada com a saída de seu país. Tanto o trabalho das imigrantes como o próprio ato de imigrar recai em condições pré-estabelecidas de gênero que irão guiar desde as escolhas dentro de seu país de origem até a tomada de decisão de imigração, sempre assentada na lógica patriarcal, de acordo com o estudo de Grieco e Boyd (2003).

Para as autoras (2003), há um papel que recai sobre a mulher que a limita no ato migratório e acaba por resultar na desqualificação da mão-de-obra feminina no local que recebe essas imigrações, tornando o ato de imigrar mais árduo para as mulheres do que para os homens. Ademais, a imigração feminina pode ser dificultada pelo papel assumido pelas mulheres no país de chegada, por esse motivo talvez algumas mulheres sofrem pela exploração sexual e pelo tráfico de pessoas. Grieco e Boyd (2003) consideram que a falta de dados concretos e informações acerca dos labores realizados por mulheres imigrantes se deve a lógica do fenômeno migratório sob uma perspectiva economicista e misógina.

Nessa mesma linha, o fenômeno da mundialização pautada na economia perpetua alguns estigmas sociais assentados desde o país de origem, como é o caso de mulheres que carregam um estigma racial e que já possuíam uma situação desfavorável economicamente

em seu país de origem e continuam com esse *status* no país de destino. Muitas delas já eram trabalhadoras do espaço doméstico antes de imigrarem e se mantêm no mesmo labor quando imigram, um exemplo desse fenômeno é apontado por Handerson e Joseph (2015) quando comparadas as mulheres haitianas do sul do país que migram internamente para compensar a falta de mão-de-obra para labores domésticos no Norte, pelo desprezo e desvalorização que esse tipo de atividade detém, ocasionando uma verdadeira crise da reprodução naquela região.

Ao observarem essa crise como consequência da saída do privado em massa pelas mulheres, e, sabendo que o labor doméstico não é substituído pelo homem, muitas mulheres – haitianas ou não – ocupam o papel no doméstico deixado pela mulher que agora trabalha fora de casa, mais uma vez mantendo o ciclo da desvalorização do labor que não é visto e a falsa sensação de empoderamento e liberdade de gênero. Em outras palavras, “a massificação do emprego das mulheres não acompanha uma massificação do trabalho doméstico dos homens”, sendo utilizadas para sanar tal debilidade as mulheres imigrantes (2015, p. 8). Essas mulheres acabam por sofrer diferentes níveis de desigualdade e de violência simbólica na medida que as próprias mulheres repassam suas atividades para outras mulheres sob simbologias de gênero.

Sobre esse cenário Silva Federici (2018) reflete sobre uma nova divisão internacional do trabalho reprodutivo o qual se justifica na tentativa de evitar a pobreza das próprias mulheres, isso porque “a acumulação capitalista é estruturalmente dependente da livre apropriação de enormes quantidades de trabalho e de recursos” (n.p.), dentre esses recursos estão alocados os corpos femininos. Os números acima refletem essa realidade que é corroborada pela motivação que move as mulheres a saírem de seu país em busca de novas oportunidades, impulsionadas pela crise do trabalho doméstico, que transforma as imigrantes em “mulheres do serviço”.

Nesse sentido, percebe-se que além das motivações pessoais de imigrar, ainda há necessidades externas, como a demanda de trabalho nos países mais desenvolvidos do que os países de origem dessas mulheres. Um erro comum é achar que todas as mulheres que imigram são extremamente pobres, generalizando a classe. Pelo contrário, muitas delas possuíam prestígio social no país de origem e uma boa qualidade de vida, inclusive com diplomas universitários e bons cargos, em sua grande maioria, algumas dessas mulheres detiveram uma mudança radical no padrão de vida ou decidem partir para modificar a realidade vivida, tal como a violência doméstica (HANDERSON; JOSEPH, 2015).

Essas mulheres adentram em países completamente distintos dos seus e que impõem uma grande carga burocrática para validação de diploma e reconhecimento das atividades

desempenhada por elas (HANDERSON; JOSEPH, 2015). Todo esse aparato burocrático é nitidamente um reflexo da relação de poder entre Estado-imigrante, quando o ente intenta dificultar o acesso da imigrante a opções que as nacionais possuem, pautando-se na biopolítica. Um exemplo disso é que muitas imigrantes não possuem o amparo jurídico que necessitam e acabam desistindo da validação de seu diploma – o que talvez possibilitaria a obtenção de um ofício com melhor remuneração. Outras nem sequer tentam, e tem ainda as que tentam, mas que o país de destino não reconhece sua formação.

Partindo do prisma que as imigrantes precisam começar a trabalhar tão logo adentram em outra nação, a burocratização do sistema leva-as laborar no espaço o qual não necessita de nenhuma formação, o doméstico. Ainda, caso não consigam visto ou o reconhecimento de seu diploma, muitas imigrantes ficarão presas eternamente aos labores não reconhecidos e “improdutivos”. “Tais atividades se tornam como uma categoria de trabalho subalterno, reservadas às pessoas que não podem encontrar um emprego melhor” (HANDERSON; JOSEPH, 2015, p. 13).

A vulnerabilidade das mulheres imigrantes apontada em toda a pesquisa reflete diretamente a exploração e discriminação sofrida por elas, refletindo a posição de vidas nuas, ou mais especificamente o que Nielsson (2019) tem denominado de verdadeiras *hysteras homo sacer*, ou seja, uma condição específica na qual a exploração, a precarização e a contínua redução das mulheres à condição de vidas nuas se dá a partir de seu útero e dos sentidos históricos que este órgão tem adquirido na construção das desigualdades de gênero. Segundo a autora (2019, p. 12),

A constituição de uma *hystera homo sacer* se dá em espécies de limiares reprodutivos, uma vez que é justamente na conexão com a reprodução, ou a partir dela, que a vida digna é reduzida a um mero corpo biológico, justificando a violência que sobre ele incide a partir da produção, regulação e controle estabelecido pelo próprio direito. É o útero e os usos que dele são feitos que passa a representar a condição de uma vida digna ou indigna para a reprodução, e, portanto, é pelo útero que a distinção entre bios e zoé é imposta ao corpo feminino.

Este processo contínuo de (re)produção de desigualdades, faz com que se perdurem as relações de poder e de desigualdade de gênero, perfazendo ainda uma falsa sensação de autonomia das mulheres nacionais, que exploram as imigrantes tornando o ciclo da desigualdade repetitivo. Outrossim, o que também viabiliza isso é que as imigrações se desenvolvem principalmente sob o viés trabalhista considerado um rol de atividades como “responsabilidade masculina” e tantas outras como as responsabilidades que recaem às mulheres, avistadas em numerosas regiões conservadoras da mecânica patriarcal. Por fim, até

1990 as mulheres imigrantes eram consideradas meras alegorias no processo migratório, pois acompanhariam seus companheiros sendo que o ato de imigrar era majoritariamente masculino, não se podendo negar a modificação do cenário migracional.

Diante das novas construções de redes por mulheres que imigram sozinhas, com outras mulheres, e/ou com filhos, o cenário com vistas às mulheres imigrantes vêm se modificando qualitativamente ao longo dos últimos vinte anos, mesmo que ainda precário com relação à valorização do labor desempenhado por elas. Muitos são os aspectos que envolvem essas vidas, alguns abordados aqui e outros que fogem a pesquisa, no entanto, o que se vislumbra através de números, dados e estudos é que as mulheres imigrantes sofrem de diversos flagelos advindos das próprias mulheres, dos homens e do Estado, ratificando a condição vulnerável e precária que assume ao imigrar.

CONCLUSÃO

Os dados da pesquisa e as inferências críticas acerca da leitura desses demonstram que a desigualdade de gênero ainda encontra amparo na cultura patriarcal ocorrida no Ocidente. A vida de quem decide migrar, seja por motivações econômicas ou pela fuga de situações de guerra, não é menos árdua do que das pessoas que ficam nos países de origem. Contudo, a vida das mulheres que o fazem é ainda mais massacrada pelos diversos tipos de subjugação pelos quais essas mulheres passam.

A teoria biopolítica dá suporte ao entendimento das vidas nuas como desprovidas de direitos, de visibilidade, quiçá de humanidade. Essas vidas possuem valor somente quando o interesse da sociedade e da máquina econômica vislumbra uma possibilidade de produção à baixos custos para esses sujeitos. A arte de siderar faz com que a imigrante esteja sempre em movimento mesmo quando para de se locomover, encontra residência e um local para viver com sua prole.

A pesquisa aponta que as mulheres que imigram deixam uma herança no país de origem. Essa herança muitas vezes é composta por parte da família e predominantemente por um passado. Ao imigrar, essa mulher deixa também seu *status*, sua profissão, e tudo o que foi. Ao investigar os labores desempenhados pelas imigrantes não há nenhuma surpresa em concluir que em sua grande maioria os papéis de gênero perpetuam-se, as atividades mais desempenhadas pelas mulheres que imigram são atividades de cuidado e atuação no espaço doméstico.

MULHERES ANDANTES: UMA PERSPECTIVA BIOPOLÍTICA DAS MIGRAÇÕES DE MULHERES E O TRABALHO REMUNERADO

Mesmo que a vida melhore em um sentido econômico, essas mulheres acabam mantendo o ciclo vicioso que se retroalimenta de mulheres no âmbito privado. A falsa sensação de autonomia e empoderamento faz com que as mulheres nacionais possam sair para trabalhar fora de casa enquanto outras mulheres atuam nesse lugar vazio. Somando-se a isso, a parca remuneração e a falta de garantias fazem com que a desigualdade de gênero cresça pelas mãos das próprias mulheres, resultando na feminização da pobreza e no reforço da invisibilidade do labor doméstico.

Por fim, paradoxalmente, se de um lado a mulher se encontra mais independente e empoderada por migrar sozinha, sem vinculação à figura do homem; por outro, ela ainda padece de diversos tipos de subalternidade, desempenhando as atividades que outra mulher deixou de fazer. Esse cenário aponta que a desigualdade de gênero, aliada a muitas outras, faz da mulher imigrante uma vida nua em sua condição maior, pois não padece apenas pelas mãos do patriarcado, mas também pelo sistema econômico e pelas próprias mulheres nacionais do país de destino.

REFERENCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AGUIRRE, Rosário. Los cuidados familiares como problema público e objeto de políticas. Montevideo: **Reunión de Expertos**, 2006. Disponível em: https://dds.cepal.org/eventos/presentaciones/2005/0628/Rosario_Aguirre.pdf. Acessado em: 10 de março de 2020.

BIROLI, Flavia. **Gênero e Desigualdade: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DUARTE, André. **Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universtária, 2010.

FEDERICI, Silvia. **Sobre o Feminismo e os Comuns**. 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/federici-sobre-o-feminismo-e-os-comuns/>. Acesso em: 21 abr 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 22ª. Imprensa. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

MULHERES ANDANTES: UMA PERSPECTIVA BIOPOLÍTICA DAS MIGRAÇÕES DE
MULHERES E O TRABALHO REMUNERADO

GRIECO, Elizabeth; BOYD, Monica. **Women and migration: incorporating gender into international migration theory**, 2003. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/women-and-migration-incorporating-gender-international-migration-theory>. Acessado em: 20 de março de 2020.

HANDERSON, Joseph; JOSEPH, Rose-Mary. As Relações de Gênero, de Classe e de Raça: mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil. **Revista de estudos e pesquisas sobre as américas**, v. 9, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16039>. Acessado em: 20 de março de 2020.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

IOM. International Organization of Migration. **World Immigration Report 2020**. 2019. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2020>. Acessado em: 01 de março de 2020.

LAVINAS, Lena. Gênero, Cidadania e Políticas urbanas. In: **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 169-187.

LIM, L. L. The structural determinants of female migration. In: **INTERNAL MIGRATION OF WOMEN IN DEVELOPING COUNTRIES**, 1991, Aguascalientes, México. Proceedings of the United Nations expert meeting on the feminization of internal migration. New York: United Nations, 1993.

MAYORGA, Claudia. Cruzando fronteiras: prostituição e imigração. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 37, p. 323-355, Dec. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200014&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 29 de março de 2020.

MACÉ, Marielle. **Siderar, considerar: migrantes, formas de vida**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

MARINUCCI, Roberto. Feminização das migrações? São Paulo: **REHMU**, 2007, v.15, n.29, p.-1-14. Disponível em: https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/08/feminizacao_das_migracoes_roberto_marinucci2007.pdf. Acessado em: 15 de março de 2020

NASH, Mary. **Nuevos horizontes y viejos dilemas**. Los retos de la era global. In: NASH, M. Mujeres em el Mundo. Histórias, retos y movimientos. Madrid: Alianza Editorial, 2012, p. 309-339.

NIELSSON, Joice Graciele. Corpo Reprodutivo e Biopolítica: a hystera homo sacer. **Revista Direito e Práxis**, Ahead of print, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/40921-152667-2-PB.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2020.

NIELSSON, Joice Graciele; DELAJUSTINE, Ana Claudia. O estado de exceção em Giorgio Agamben e o controle biopolítico sobre os corpos femininos: a realidade da distopia “O Conto da Aia” na vida das mulheres brasileiras. **Revista Argumentum**, Marília/SP, V. 20, N. 3, pp. 1.083-1.106, Set.-Dez. 2019.

MULHERES ANDANTES: UMA PERSPECTIVA BIOPOLÍTICA DAS MIGRAÇÕES DE
MULHERES E O TRABALHO REMUNERADO

NIELSSON, Joice Graciele; STURZA, Janaína Machado; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. O direito ao acesso à saúde reprodutiva de mulheres migrantes: desvelando processos de precarização da vida. *Revista Derecho y Salud*. AÑO 3, NÚMERO 3, p. 109 à 119, 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **International Migration 2019 – Highlights**. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/publications/index.asp>. Acessado em: 15 de março de 2020.

PEREIRA, Nancy Cardoso. SOY PAN, SOY PAZ, SOY MÁS. Trabalho doméstico e trabalho sexual de mulheres migrantes. **Caderno Espaço Feminino**, 2016, n. 1, p21-27. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/issue/view/1393>. Acessado em: 02 de fevereiro de 2020.

PIZARRO, J. M. **El mapa migratorio de América Latina y el Caribe, las mujeres e el género**. Santiago de Chile: CELADE, 2003.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, n. 52, 2002.

SILVA, Érica Sarmiento. A “não democracia” dos excluídos alguns pontos da política migratória brasileira. **Revista Logos**, n. 27, 2007. Disponível em: http://www.logos.uerj.br/antigos/logos_27/logos_27.htm. Acessado em: 10 de março de 2020.